

CORREIO ECONÔMICO



Divulgação

Entidade de servidores do BC rebate seu presidente

Sinal rechaça as declarações de Campos Neto: ‘Levianas’

“Levianas” e “palavras infelizes que ofendem o corpo funcional”. Com estes termos contundentes, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) rebateu as acusações que teriam sido proferidas pelo presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, para quem “os servidores da Casa estariam ‘comprados’ para o processo de autonomia” [da instituição monetária],

Sem participação

Contrapondo afirmações de Campos Neto, o sindicato informa que “os servidores do BC ainda não participaram da elaboração da PEC 65/2023, acrescentando que a mobilização dos servidores busca valorização e reconhecimento da carreira de especialista do BC”.

prevista na PEC 65/2023 (Proposta de Emenda à Constituição), em tramitação no Congresso Nacional, que teria, segundo ele, sido elaborada na ‘surdina’. O sindicato rebate tais acusações, ao considerá-las inverídicas: “Contrariamente ao que foi afirmado, os servidores do Banco Central do Brasil ainda não deliberaram se concordam ou não com a PEC 65”.

Mais autonomia

Em eventos recentes, como o realizado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Campos Neto defendeu a ampliação da autonomia do BC, como previsto na PEC em curso no Parlamento, “mediante a preservação de um quadro técnico qualificado”.



Divulgação - Vale

Terceiro recuo de preços atesta fragilidade industrial

IPP recua pela terceira vez seguida em janeiro deste ano

Pela terceira vez seguida, os preços da indústria nacional – medidos pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP) – apresentaram queda de 0,31% em janeiro último, acumulando retração de 5,56% em 12 meses, ante avanço de 0,29%, em igual mês do ano passado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Ge-

ografia e Estatística (IBGE), divulgados nessa terça-feira (5), das 24 atividades industriais pesquisadas, oito tiveram variações negativas, no comparativo mensal, desempenho menos negativo do que o apresentado no mês anterior, quando 12 atividades industriais recuaram, em relação a novembro do ano passado.

Queda parcial

Segundo o analista do IPP, Murilo Alvim, “esta sequência negativa do IPP ocorre após uma série de três meses de altas, entre agosto e outubro do ano passado. Apesar do recuo de 0,31% em janeiro, não há uma queda disseminada na cadeia industrial, pois houve avanço em 15 setores”.

Débitos em alta

Após dois meses seguidos de queda, o número de consumidores inadimplentes no país subiu, em janeiro, de 70,09 milhões para 72,07 milhões de pessoas, aponta o Serasa, devido ao desemprego (29% dos consultados) e a queda da renda (20% dos consultados).

Refino cai

Entre as maiores influências no IPP de janeiro, destaque para o refino de petróleo e biocombustíveis – recuo de 0,51 pontos percentuais (p.p.), para -4,77%, puxado pela baixa do óleo diesel – indústrias extrativas (0,23 p.p.); alimentos (-0,18 p.p.) e metalurgia (0,07 p.p.).

Cartão ‘vilão’

Entre os meios de pagamento responsáveis pelo avanço da inadimplência, a pesquisa da Serasa indicou, mais uma vez, o cartão de crédito, na ‘liderança absoluta’ do ranking do endividamento, no intervalo de 2018 a 2023, de acordo com 55% dos endividados consultados.

Após alternar altas e baixas, IPCA para 2024 cai para 3,76%

Queda gradual da inflação contrasta com ligeira alta do PIB, para 1,77%

Por Marcello Sigwalt

Depois de ‘patinar’ em movimento de ‘sobe e desce’ nas últimas semanas, a projeção do mercado financeiro para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – indicador oficial de inflação – deste ano dá sinais de que ‘engrenou’ o viés de baixa, ao recuar de 3,80% para 3,76%, ainda que a previsão para o ano que vem tenha sido mantida nos mesmos 3,51% anteriores, idêntico percentual esperado para 2026 e 2027. Há quatro semanas, a aposta da ‘banca’ era de que o IPCA fecharia este ano a 3,81%.

As estimativas constam do boletim Focus – consulta semanal do Banco Central às 100 maiores instituições financeiras nacionais – divulgadas excepcionalmente nesta terça-feira (5), por conta da paralisação parcial de servidores da autarquia, em busca de melhores remunerações.

No que se refere aos chamados ‘preços administrados’, os prognósticos para este ano



Divulgação

Enquanto recuo gradual de inflação se consolida, PIB também avança

avançaram de 4,06% para 4,07%, avanço similar ao de 2025 de 3,92% para 3,93%, em contraste com a estabilidade, em 3,50%, para 2026 e 2027.

Em direção oposta, o Focus projetou nova expansão para o Produto Interno Bruto

(PIB) para 2024, que passou de 1,75% a 1,77%, enquanto que, para o ano que vem, a projeção, de 2%, se manteve, pela 12ª semana seguida, mesmo percentual para 2026, há 30 semanas, e também de 2%, por 32 semanas, para 2027.

No que toca ao custo do dinheiro, o mercado, fiel ao repositório de ‘cautela’ do BC, reiterou, como há dez semanas, a estimativa de uma Selic (taxa básica de juros) de 9% ao ano para o final de 2024; de 8,5% ao ano, para 2025, mesmo percentual para 2026 e 2027.

Balança estabiliza em US\$ 80,98 bilhões

Sinal de perda de ‘ímpeto’ de crescimento, os prognósticos do boletim Focus mostram estabilidade para a balança comercial neste ano, que continuou nos mesmo US\$ 80,98 bilhões anteriores (de US\$ 76,90 bilhões, um mês antes), o mesmo valendo para 2025, mantido em US\$ 72,05 bilhões, e para 2026, quando permaneceu em US\$ 77,80 bilhões e para 2027, em US\$ 79,80 bilhões.

De modo diverso, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos ‘encolheu’, de US\$ 36,00 bilhões para US\$ 35,50 bilhões, queda acentuada em relação há um mês, quando era de US\$ 37,20 bilhões.

Para o ano que vem, a ‘aposta’ do mercado subiu de US\$ 36,70 bilhões para US\$ 40,00 bilhões, superando os US\$ 39,30 bilhões, de quatro semanas atrás.

Mais do que suficiente para

cobrir o ‘rombo’ das transações correntes nacionais, segundo analistas ouvidos pelo BC, o ingresso de investimento direto no país (IDP) deverá chegar a US\$ 68,92 bilhões este ano (era de US\$ 69,84 bilhões, há quatro semanas), e não mais em US\$ 67 bilhões, como previsto anteriormente.

Para o ano que vem, a estimativa de IDP se manteve nos US\$ 75,00 bilhões anteriores, ante os US\$ 75,65 bilhões pro-

jetados há um mês.

Se considerado todo o ano de 2023, o déficit corrente do país somou US\$ 28,6 bilhões, bem abaixo dos US\$ 48,3 bilhões (2,47% do PIB) registrados em 2022.

Em dezembro último, tal déficit foi de US\$ 5,8 bilhões, aquém dos US\$ 7,5 bilhões de igual mês de 2022.

O déficit de transações correntes em dezembro de 2023 foi de US\$ 5,8 bilhões.

Senai abre centro de hidrogênio verde



Divulgação Senai-RN

Novo centro formará profissionais na nova tecnologia

Voltado a aulas, experimentos e atividades direcionadas à área de educação, o Senai, em parceria com a GIZ, acaba de inaugurar o primeiro Centro de Excelência em Formação Profissional para Hidrogênio Verde do Brasil, que vai funcionar, no Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis (CTGAS-ER), do Senai do Rio Grande do Norte. (Senai-RN). A previsão é de que os primeiros cursos já deverão ter início neste semestre.

De acordo com informações fornecidas pelas instituições, a estrutura do centro deverá incluir estações de ensino, com capacidade de operar, em condições reais, desde a geração de energias renováveis para produção de hidrogênio verde, até a obtenção e aplicação prática do produto.

Ao destacar o potencial de geração de empregos da indústria de hidrogênio e a impor-

tância da qualificação profissional, durante a inauguração do centro, o diretor-geral do SENAI Nacional, Gustavo Leal, acentuou que “o que a gente está fazendo hoje é semear o futuro”, acrescentando que “o nosso DNA é muito próximo da Alemanha e temos que agra-

decer à GIZ pelas sementes que deixou plantadas no SENAI”.

Também na oportunidade, Leal destacou a riqueza de recursos naturais e de outras vantagens comparativas dispostas no Brasil, tendo em vista as aplicações possíveis para as indústrias de energia e do hi-

drogênio verde. Ele reforçou, ainda, que “é preciso juntar a isso as pessoas qualificadas para atuar na cadeia produtiva” e para fazer frente aos desafios vislumbrados no horizonte.

Sobre o potencial de tal energia renovável, o diretor-geral do Senai nacional estimou que a cadeia produtiva do hidrogênio verde deverá gerar 4 milhões de empregos nos próximos anos, salientando que o Brasil poderá ser um dos motores nesse processo. “Que a nossa juventude esteja preparada para isso”, completou.

Já o Projeto H2Brasil viabilizou a implantação de cinco hubs regionais de educação e treinamento, em centros especializados do SENAI no Ceará, Paraná, Bahia, São Paulo e Santa Catarina.

Além de centro de excelência, o CTGAS-ER lidera o setor de energias renováveis e inserção do gás natural na matriz energética brasileira,

Petrobras ganha ação de R\$ 47 bilhões

Por Felipe Pontes (Folhapress)

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) declarou nesta segunda-feira (4) o trânsito em julgado da maior disputa trabalhista envolvendo a Petrobras, confirmando não haver mais possibilidade de recursos e dando ganho de causa à petroleira estatal.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), contudo,

insiste que ainda cabe recurso ao plenário do Supremo. “O julgamento do STF não está encerrado e serão adotadas medidas judiciais pelas entidades sindicais, em defesa da validade do acordo coletivo de trabalho assinado pela Petrobras e os trabalhadores em defesa da RMNR”, disse a entidade, em nota.

A disputa envolve o cálculo da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR),

espécie de piso salarial criado em acordo coletivo de 2007. O impacto financeiro estimado pela companhia era de R\$ 47 bilhões.

Em novembro, por 3 votos a 1, o Supremo decidiu favoravelmente à Petrobras. Diversos sindicatos entraram com recurso, mas os últimos embargos de declaração sobre assunto foram todos negados no dia 1º de março, por unanimidade.

O processo discute a inclusão ou não de adicionais constitucionais como de periculosidade, de confinamento ou por trabalho noturno, por exemplo no cálculo da RMNR, criado para promover a isonomia entre os vencimentos dos funcionários.

Diversos empregados, contudo, conseguiram ganhar na Justiça o direito de que seus adicionais fossem pagos por fora dos pisos estabelecidos.